



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



PROJETO DE LEI Nº.51/2015

Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As sociedades civis e as associações sem fins lucrativos, sediadas no Município, podem ser declaradas de utilidade pública se atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I – que adquiriram personalidade jurídica;
- II – que estão em funcionamento há mais de um ano;
- III – que os cargos de sua direção não são remunerados;
- IV – que seus diretores são pessoas idôneas;
- V – que estejam sediadas e atuem no território do Município de Matias Barbosa.

Parágrafo único - O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo poderá ser firmado por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Prefeito, Presidente da Câmara Municipal ou Delegado de Polícia.

Art. 2º - Devem acompanhar o projeto de utilidade pública os seguintes documentos:

- I - cópia do estatuto da entidade;
- II – cópia da ata de eleição da diretoria em exercício de mandato;
- III - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- IV - balanço do ano anterior;
- V - documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do presidente e do tesoureiro da entidade;
- VI - relatório detalhado das atividades da entidade em que fique evidenciada a prestação de serviços à comunidade.

Art. 3º - A proposta de declaração de utilidade pública deve ser objeto de projeto de lei apresentado por, no mínimo, dois terços dos Vereadores ou por iniciativa do Executivo.

Art. 4º - Qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

- I - deixar de cumprir as finalidades para as quais foi constituída;
- II - deixar de preencher qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA




§1º - A representação a que se refere este artigo deverá ser formulada ao Poder Legislativo.

§2º - A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de dois anos, contados da data da revogação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2015.

Vereadores:


Carlos Antônio de Castro Lopes

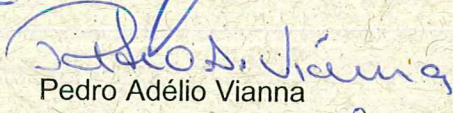

Evandro José Clovis

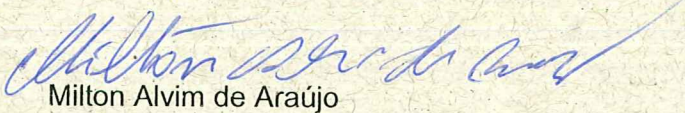

João Fernando de Assis Cipriani



Joaquim Benedito de Almeida


Marcos Martins


Otávio Julio Gonçalves Filho


Pedro Adélio Vianna


Milton Alvim de Araújo


Rita Edite de Oliveira Fernandes

Justificação: Temos a honra de submeter à elevada consideração desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que visa regulamentar a concessão de título de utilidade pública no Município de Matias Barbosa.

A iniciativa tem o condão de acabar com as divergências entre as legislações estadual e federal referente à concessão de título de utilidade pública. Acreditamos que com a edição desta norma regulamentadora o processo legislativo em nosso município seja mais dinâmico, eficiente e acima de tudo justo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.51/2015

Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matias Barbosa decreta:

Art. 1º - As sociedades civis e as associações sem fins lucrativos, sediadas no Município, podem ser declaradas de utilidade pública se atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I – que adquiriram personalidade jurídica;
- II – que estão em funcionamento há mais de um ano;
- III – que os cargos de sua direção não são remunerados;
- IV – que seus diretores são pessoas idôneas;
- V – que estejam sediadas e atuem no território do Município de Matias Barbosa.

Parágrafo único - O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo poderá ser firmado por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Prefeito, Presidente da Câmara Municipal ou Delegado de Polícia.

Art. 2º - Devem acompanhar o projeto de utilidade pública os seguintes documentos:

- I - cópia do estatuto da entidade;
- II – cópia da ata de eleição da diretoria em exercício de mandato;
- III - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- IV - balanço do ano anterior;
- V - documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do presidente e do tesoureiro da entidade;
- VI - relatório detalhado das atividades da entidade em que fique evidenciada a prestação de serviços à comunidade.

Art. 3º - A proposta de declaração de utilidade pública deve ser objeto de projeto de lei apresentado por, no mínimo, dois terços dos Vereadores ou por iniciativa do Executivo.

Art. 4º - Qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

- I - deixar de cumprir as finalidades para as quais foi constituída;
- II - deixar de preencher qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



§1º - A representação a que se refere este artigo deverá ser formulada ao Poder Legislativo.

§2º - A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de dois anos, contados da data da revogação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 26 de agosto de 2015.

Joaquim de Assis Nascimento
Prefeito Municipal

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Salas de Sessões 23 / 09 / 15

PRESIDENTE

À Comissão de Serviços e Políticas Públicas
Municipais, Urbanismo e Cidadania.

Salas das Sessões 29 / 09 / 15

PRESIDENTE

APROVAÇÃO em 1ª votação

Sala das Sessões 30 / 09 / 20 / 15

PRESIDENTE

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Parecer final 30 / 09 / 15

PRESIDENTE

APROVAÇÃO em 2ª votação

Sala das Sessões 07 / 10 / 20 / 15

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



Ofício nº. 438/2015/CMMB

Matias Barbosa, 08 de setembro de 2015.

Ilustríssimo Doutor:

Solicito parecer jurídico na Proposição de Lei nº.51/2015 que "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências".

Segue anexa cópia da referida proposição.

Atenciosamente,

Marcos Martins
Presidente da Câmara Municipal

Anexo: Cópia do Processo Legislativo nº.51/2015

Ilmo. Dr.
Leonardo Sérgio Henrique
Advogado da Câmara Municipal de
MATIAS BARBOSA - MG.

RECEBI EM 09/09/2015
às 13:59
Leonardo Sérgio Henrique
Advogado - OAB/MG 89437
Câmara Municipal de Matias Barbosa



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



Ofício nº: 050/2015/JUR
Assunto: Resposta Ofício nº 438/2015/CMMB

Matias Barbosa, 18 de setembro de 2015.

Vereador Marcos Martins,
Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Matias Barbosa.

Em atendimento ao solicitado por Vossa Excelência no ofício de número em epígrafe, encaminho o seguinte Parecer Jurídico:

- Projeto de Lei nº 51/2015, com seguinte ementa: "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências".

Sem mais para o momento, despeço-me, reportando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Leonardo Sérgio Henrique
Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Matias Barbosa

Leonardo Sérgio Henrique
Advogado - OAB/MG 89437
Câmara Municipal de Matias Barbosa

Vereador Marcos Martins
Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Matias Barbosa
Em mãos/Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



Parecer Jurídico

I- Histórico:

Parecer solicitado junto à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Matias Barbosa, tendo em vista o trâmite legal da Proposição de Lei Municipal nº 051/2015, de iniciativa dos Vereadores, que "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências".

Este pedido foi realizado por meio do ofício de número 438/2015/CMMB, de 08 de setembro de 2015, de lavra do Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Matias Barbosa, Vereador Marcos Martins.

II- Relatório:

II. 1- Quanto à forma:

A Proposição de Lei preenche os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 28 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Magna Carta Brasileira, bem como de sua posterior alteração, feita pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

A Lei é a espécie normativa adequada para legislar sobre o tema, mais especificamente, disposições atinentes a concessão de título de utilidade pública no Município de Matias Barbosa.

O Projeto de Lei se reveste, portanto, como sendo o caminho *juris* que deve transpor tal iniciativa parlamentar com o fim de efetivar aplicação geral aos cidadãos e à sociedade, conforme se compreende da leitura do Regimento Interno desta Casa Legislativa que segue:

"Art. 147 - Projeto de Lei é o esboço de norma legislativa que, transformado em lei, destina-se a produzir efeitos impositivos e gerais. (...)"

O Vereador possui legitimidade para propor a presente Proposição, nos termos do artigo 44 da Lei Orgânica Municipal, assim como também o disposto no Art. 147, § 1º do Regimento Interno da Casa Legislativa. Vejamos:

"Art. 44 - A iniciativa de Lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos"



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



(destacado)

"Art. 147 – (...)

§ 1º - **A iniciativa dos Projetos de Lei cabe à Mesa da Câmara, ao Prefeito, ao Vereador, às Comissões e à iniciativa popular**" (grifamos)

Cumprе ressaltar, que o quorum exigido para aprovação deste Projeto de Lei dependerá do voto favorável da maioria dos legisladores, presente a maioria absoluta dos Vereadores desta Casa, nos termos do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal:

"Art. 55 – A Câmara deliberará pela maioria de votos, presente a maioria absoluta de Vereadores, salvo exceções dos parágrafos seguintes: (...)"

A Carta Máxima Nacional, em seu Art. 30, trata da competência suplementar do município sobre a legislação federal e estadual no que couber. Assim, a matéria tratada por referida Proposição de Lei não recebe percalços em seu caminho formal.

A Lei Orgânica do Município de Matias Barbosa trata de quais seriam as competências do município em suas tratativas. Neste sentido, pela leitura do Capítulo I do referido Diploma Maior percebemos que andou bem o Nobre Edil ao levar tal Proposta de Lei à apreciação da Casa Legislativa. Comprovemos, então:

"Art. 8º - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantindo o bem-estar de seus habitantes."

II.2- Quanto ao Conteúdo:

O Poder Regulamentar incumbido à Administração Pública pode se revestir de várias formas: seja no Poder de Polícia, por exemplo, seja no poder de estipular regras específicas de enquadramento, como no caso em tela.

A iniciativa parlamentar tem o condão de trazer no Município de Matias Barbosa regulamentação específica em razão de concessões genéricas de título de utilidade pública. O título de utilidade pública deve ser concedido àquelas instituições que cumprem funções que deveriam ser exercidas pelo Poder Público.

No mesmo caminho, o Município possui a legitimidade em criar específicas



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



condições para a concessão de tão nobre título. Sabido é sobre a existência de diplomas em níveis federal e estadual que regulamentam tal condição. Andando pelo mesmo caminho legal, não inova e nem mesmo ultrapassa seus afazeres o Legislador Local quando traz a discussão plenária: tão importante tema.

III- Conclusão:

O Projeto de Lei não apresenta vícios de ordem formal, isto, pois, segue a determinação da Lei Maior Municipal assim como o Regimento Interno da Câmara Municipal de Matias Barbosa.

Quanto à matéria, entendemos, também, que a mesma não encontra percalços em sua fundamentação, estando preenchidas as exigências para seu seguimento, sendo agora somente passível de ponderações livres dos Nobres Edis.

Sem mais para o momento, despeço-me.

É o parecer que entrego para o devido encaminhamento e apreciação dos Sublimes Vereadores.

Salvo Melhor Juízo.

Matias Barbosa, 18 de setembro de 2015

Leonardo Sérgio Henrique
Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Matias Barbosa

Leonardo Sérgio Henrique
Advogado - OAB/MG 89437
Câmara Municipal de Matias Barbosa



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



Ofício nº. 465/2015/CMMB

Matias Barbosa, 22 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor:

Solicito parecer desta Comissão Permanente na Proposição de Lei nº.51/2015 que
"Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias
Barbosa e dá outras providências".

Ressalto que, conforme dispõe o Art. 58 do Regimento Interno desta Casa
Legislativa, o prazo para exarar parecer é de cinco dias.

Atenciosamente,

Marcos Martins
Presidente da Câmara Municipal

27/09/15

Exmo. Sr.
Joaquim Benedito de Almeida
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



Ofício nº.057/2015/CLJR

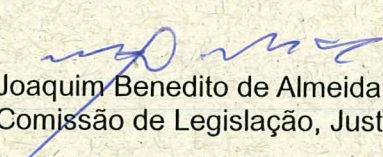
Matias Barbosa, 23 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor:

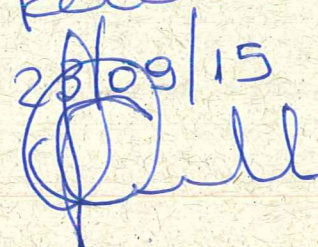
Solicito parecer do relator desta Comissão Permanente no Projeto de Lei nº.51/2015 que "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências".

Ressalto que, conforme dispõe o Art. 58 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o prazo para exarar parecer é de cinco dias.

Atenciosamente,


Joaquim Benedito de Almeida

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Recebi
23/09/15


Exmo. Sr.
Otávio Júlio Gonçalves Filho
Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER NA PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.51/2015



RELATÓRIO

De autoria de todos os Vereadores, foi protocolada em 26 de agosto de 2015 a Proposição de Lei nº.51/2015 que "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências" e encaminhada para esta Comissão no dia 23 de setembro de 2015 para emissão de parecer em primeira discussão e votação.

FUNDAMENTAÇÃO


A Proposição de Lei não apresenta vícios de ordem formal ou material que impeçam sua aprovação, conforme disposto no parecer jurídico exarado pelo advogado deste Poder Legislativo.

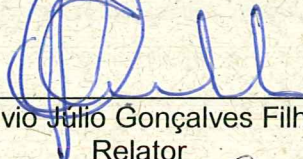
O relator desta Comissão, quanto aos aspectos a que compete examinar, apresentou seu voto favorável à aprovação em primeira votação na Proposição de Lei nº.51/2015, sendo acompanhado pelo Presidente e pela Secretária.

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, opinamos favorável a aprovação da Proposição de Lei nº.51/2015.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 29 de setembro de 2015.


Joaquim Benedito de Almeida
Presidente


Otávio Júlio Gonçalves Filho
Relator


Rita Edite de Oliveira Fernandes
Secretária

APROVADO
Sala das Comissões 29 / 09 / 15

PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



COMISSÃO DE SERVIÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, URBANISMO E CIDADANIA

PARECER NA PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.51/2015

RELATÓRIO

De autoria de todos os Vereadores, foi protocolada em 26 de agosto de 2015 a Proposição de Lei nº.51/2015 que "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências", distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que concluiu por sua aprovação e encaminhada a esta Comissão no dia 29 de setembro de 2015 para emissão de parecer.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição de Lei, de acordo com a Comissão de Legislação, Justiça e redação, e ainda de acordo com o parecer jurídico acostado ao processo legislativo, não apresenta vícios de ordem formal ou material que impeçam sua aprovação.

Sendo assim, o relator desta Comissão, quanto aos aspectos a que compete examinar, apresentou seu voto favorável à aprovação na Proposição de Lei nº.51/2015, sendo acompanhado pelo Presidente e pela Secretária.

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, opinamos favorável a aprovação da Proposição de Lei nº.51/2015.

Câmara Municipal de Matias Barbosa, 29 de setembro de 2015.

Pedro Adélio Vianna
Presidente

Evandro José Clóvis
Relator

Rita Edite de Oliveira Fernandes
Secretária

APROVADO

Sala das Comissões 29 / 09 / 15

PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER DE REDAÇÃO FINAL NA PROPOSIÇÃO DE LEI Nº.51/2015

RELATÓRIO

De autoria de todos os Vereadores, foi protocolada em 26 de agosto de 2015 a Proposição de Lei nº.51/2015 que "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências" e aprovada em primeira discussão e votação no dia 30 de setembro de 2015.

Foi encaminhada a referida proposição em Plenário a esta Comissão no mesmo dia, a fim de que, segundo a técnica legislativa, fosse dada à matéria a forma adequada, nos termos do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

Ao analisar a proposição aprovada em primeira votação, esta Comissão procedeu à avaliação dos enunciados, a propriedade dos termos usados, a coerência articulatória de preceitos e de dispositivos, o acerto nas remissões internas e externas, além das formas de conexão com o ordenamento em vigor, segundo a técnica legislativa.

É importante observar que o texto de redação final exprime além da confirmação da alternativa técnica sugerida, também uma opção política do Parlamento pela forma em que deseja ver promulgada a proposição e, uma vez acatada por este órgão, não poderá mais ser alterada.

Assim sendo, o Relator opinou por se dar à Proposição de Lei nº.51/2015 a redação final abaixo, sendo acompanhado pelo Presidente e pela Secretária:

PROJETO DE LEI Nº.51/2015

Regulamenta a concessão de título de utilidade pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



Art. 1º - As sociedades civis e as associações sem fins lucrativos, sediadas no Município, podem ser declaradas de utilidade pública se atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I – que adquiriram personalidade jurídica;
- II – que estão em funcionamento há mais de um ano;
- III – que os cargos de sua direção não são remunerados;
- IV – que seus diretores são pessoas idôneas;
- V – que estejam sediadas e atuem no território do Município de Matias Barbosa.

Parágrafo único - O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo poderá ser firmado por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Prefeito, Presidente da Câmara Municipal ou Delegado de Polícia.

Art. 2º - Devem acompanhar o projeto de utilidade pública os seguintes documentos:

- I - cópia do estatuto da entidade;
- II – cópia da ata de eleição da diretoria em exercício de mandato;
- III - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- IV - balanço do ano anterior;
- V - documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do presidente e do tesoureiro da entidade;
- VI - relatório detalhado das atividades da entidade em que fique evidenciada a prestação de serviços à comunidade.

Art. 3º - A proposta de declaração de utilidade pública deve ser objeto de projeto de lei apresentado por, no mínimo, dois terços dos Vereadores ou por iniciativa do Executivo.

Art. 4º - Qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

- I - deixar de cumprir as finalidades para as quais foi constituída;
- II - deixar de preencher qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei.

§1º - A representação a que se refere este artigo deverá ser formulada ao Poder Legislativo.

§2º - A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de dois anos, contados da data da revogação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



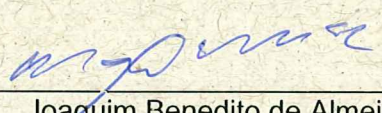
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

Matias Barbosa, ____ de ____ de 2015.



Joaquim de Assis Nascimento
Prefeito Municipal

Sala das Comissões, 06 de outubro de 2015.



Joaquim Benedito de Almeida
Presidente



Otávio Júlio Gonçalves Filho
Relator



Rita Edite de Oliveira Fernandes
Secretária

APROVADO

Sala das Comissões 06 / 10 / 15



PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

PROJETO DE LEI Nº.51/2015



Regulamenta a concessão de título de utilidade pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As sociedades civis e as associações sem fins lucrativos, sediadas no Município, podem ser declaradas de utilidade pública se atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I – que adquiriram personalidade jurídica;
- II – que estão em funcionamento há mais de um ano;
- III – que os cargos de sua direção não são remunerados;
- IV – que seus diretores são pessoas idôneas;
- V – que estejam sediadas e atuem no território do Município de Matias Barbosa.

Parágrafo único - O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo poderá ser firmado por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Prefeito, Presidente da Câmara Municipal ou Delegado de Polícia.

Art. 2º - Devem acompanhar o projeto de utilidade pública os seguintes documentos:

- I - cópia do estatuto da entidade;
- II – cópia da ata de eleição da diretoria em exercício de mandato;
- III - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- IV - balanço do ano anterior;
- V - documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do presidente e do tesoureiro da entidade;
- VI - relatório detalhado das atividades da entidade em que fique evidenciada a prestação de serviços à comunidade.

Art. 3º - A proposta de declaração de utilidade pública deve ser objeto de projeto de lei apresentado por, no mínimo, dois terços dos Vereadores ou por iniciativa do Executivo.

Art. 4º - Qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

- I - deixar de cumprir as finalidades para as quais foi constituída;



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



II - deixar de preencher qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei.

§1º - A representação a que se refere este artigo deverá ser formulada ao Poder Legislativo.

§2º - A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de dois anos, contados da data da revogação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa, 07 de outubro de 2015.

Joaquim de Assis Nascimento
Prefeito Municipal

APROVAÇÃO em	2ª	votação
Sala das Sessões	07 / 10	/ 20 15
PRESIDENTE		

Marcos Martins
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA



Ofício nº. 498/2015/CMMB

Matias Barbosa, 08 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que esta Casa Legislativa, em reunião realizada no dia 07 de outubro de 2015, aprovou por unanimidade o Projeto de Lei nº. nº.51/2015 que "Regulamenta a Concessão de Título de Utilidade Pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências", o qual encaminho em anexo, conforme disposto no art. 201 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Marcos Martins
Presidente da Câmara Municipal

Anexo: Projeto de Lei nº. 51/2015

Exmo. Sr.
Joaquim de Assis Nascimento
Prefeito Municipal de
MATIAS BARBOSA - MG

RECIBO DE ABERTURA DE PROCESSO

SETOR.....: PROTOCOLO

PROCESSO.....: PRO-02709/15

Entrada em 09/10/2015 às 10:08h

INTERESSADO.....: CAMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CPF/CNPJ: 20.431.326/0001-80

Cargo:

Órgão Lotação:

Endereço: Avenida ENGENHEIRO PAULO BRANDAO, 380 /

Bairro: PARQUE DOS SABIAS

Cidade: MATIAS BARBOSA

Telefone: (32)3273-5700

Identidade:

Inscrição Municipal:

Matrícula:

CEP: 36.120-000

UF: MG

ASSUNTO.....: OFÍCIO Nº498/2015/CMMB - GABINETE

DETALHAMENTO.....: OFÍCIO Nº498/2015/CMMB - PROJETO DE LEI Nº51/2015

Previsao de Resposta: 23/10/2015



ATENÇÃO: O PROTOCOLO GERADO PELA CENTRAL DE RELACIONAMENTO, NÃO IMPLICA NO PRAZO PROCESSUAL E REGIMENTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA.

As informações sobre o andamento do processo, só serão prestadas mediante este recibo.

Alessandra Querino

PROTOCOLO

CPF: 905.021.596-34

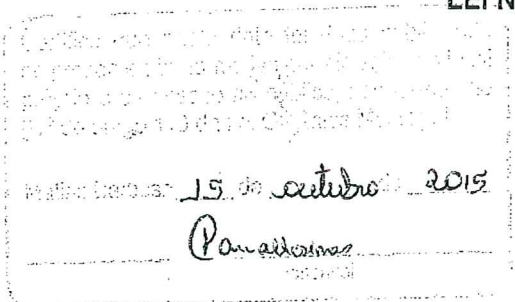
Assinatura do Responsavel Pelo Setor

Assinatura do Interessado



PREFEITURA
MATIAS BARBOSA

LEI N.º 1.311, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.



Regulamenta a concessão de título de utilidade pública no Município de Matias Barbosa e dá outras providências.

O Povo do Município de Matias Barbosa, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As sociedades civis e as associações sem fins lucrativos, sediadas no Município, podem ser declaradas de utilidade pública se atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I – que adquiriram personalidade jurídica;
- II – que estão em funcionamento há mais de um ano;
- III – que os cargos de sua direção não são remunerados;
- IV – que seus diretores são pessoas idôneas;
- V – que estejam sediadas e atuem no território do Município de Matias Barbosa.

Parágrafo único - O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo poderá ser firmado por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Prefeito, Presidente da Câmara Municipal ou Delegado de Polícia.

Art. 2º - Devem acompanhar o projeto de utilidade pública os seguintes documentos:

- I - cópia do estatuto da entidade;
- II – cópia da ata de eleição da diretoria em exercício de mandato;
- III - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- IV - balanço do ano anterior;



PREFEITURA
MATIAS BARBOSA

V - documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do presidente e do tesoureiro da entidade;

VI - relatório detalhado das atividades da entidade em que fique evidenciada a prestação de serviços à comunidade.

Art. 3º - A proposta de declaração de utilidade pública deve ser objeto de projeto de lei apresentado por, no mínimo, dois terços dos Vereadores ou por iniciativa do Executivo.

Art. 4º - Qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

I - deixar de cumprir as finalidades para as quais foi constituída;

II - deixar de preencher qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei.

§1º - A representação a que se refere este artigo deverá ser formulada ao Poder Legislativo.

§2º - A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de dois anos, contados da data da revogação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matias Barbosa, 14 de outubro de 2015.


Joaquim de Assis Nascimento
Prefeito Municipal

Joaquim de Assis Nascimento
PREFEITO MATIAS BARBOSA - MG
CPF: 974.810.174-20